

01/07/2025



057

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

ALESP **APROVA** REAJUSTE ADICIONAL DE **1,27%**

Cerca de 100 mil professores que recebem abaixo do PSPN são beneficiados

Medida foi necessária para equalizar o reajuste para todos

Continuamos na luta por salários dignos, condições de trabalho e demais reivindicações

Secretaria de Comunicação

Na noite da terça-feira, dia 1 de julho, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o Projeto de Lei Complementar 26/2025, que institui o reajuste salarial de 1,27%, complementar ao reajuste anterior de 5% garantido pela Lei Complementar 1425/2025.

O PLC 26/2025 decorreu da luta do Magistério, da APEOESP e das articulações que a segunda presidenta da APEOESP e deputada estadual Professora Bebel realizou junto à Secretaria da Educação e ao Governo do Estado.

O projeto beneficia os professores para que recebam, ao menos, o valor do Piso Salarial Nacional Docente, nos termos da Lei Federal 11.738/2008, e o valor desse piso, nos dias de hoje está fixado em R\$ R\$ 4.867,77 para jornada de 40 horas semanais, sendo proporcional às diferentes cargas horárias exercidas.

Caso não houvesse esse reajuste complementar, muitos professores sequer sentiriam o reajuste de 5% anteriormente concedido, porque recebem abono complementar ao valor de seus salários, que é abaixo do piso.

REAJUSTE CORRIGE DISTORÇÃO

Assim, o PLC aprovado corrigiu essa distorção, concedendo reajuste que, somado aos 5% anteriormente concedidos, atingiu a monta de 6,27% àqueles que sem essa correção ainda não atingem o valor salarial correspondente ao piso. Este percentual também foi aquele do piso salarial profissional nacional, em janeiro de 2025.

É importante frisar que nossa categoria possui uma lista de reivindicações extensa e que este reajuste ainda é insuficiente. Necessitamos de uma carreira única, aberta, justa e atrativa, assim como que é necessário que a sociedade e a Administração Pública conheçam e debatam as causas e os efeitos do adoecimento do funcionalismo público e dos professores em particular, entre tantas outras questões.